JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.12.15 05:54:48 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 15 de dezembro de 2023 • Nº 1703 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Tempo do Advento

PÁGINA 4

IBGE

Vendas no comércio varejista caem 0,3% no mês de outubro

O volume de vendas do comércio varejista apresentou queda de 0,3% em outubro deste ano, na comparação com o mês anterior. O resultado veio depois de uma alta de 0,5% em setembro. O dado é da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "As variações estão muito próximas a zero desde fevereiro, ficando na leitura da estabilidade em todos os meses exceto março (0,7%), maio (-0,6%) e julho (0,7%). Isso mostra um retorno ao comportamento anterior a 2020, após as variações mais acentuadas que observamos no período de pandemia, com números ainda mais tímidos do que o padrão pré Covid-19. Mas, num cenário de médio prazo, a perspectiva está positiva, com crescimento nos acumulados do ano e em 12 meses", explica o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, PÁGINA 2

PROJETO DE LEI

PGR acata em parte ADI contra venda da Sabesp

A procuradora-geral da República interina, Elizeta Maria de Paiva Ramos, acatou parcialmente uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) protocolada pelo PSOL e pelo PT contra o governador de SP, Tarcísio de Freitas , no âmbito do projeto de lei (PL) que prevê a privatização da Sabesp. O ponto acatado refere-se à parte do texto do projeto que autoriza o Conselho Deliberativo das Unidades Regionais de Serviços de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs) a dispor sobre a celebração, a prorrogação, a extinção ou a alteração de contratos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. "Com efeito, concentrar poder decisório ao alvedrio de apenas um ou dois entes federativos no âmbito das unidades regionais de saneamento básico resulta tanto em afronta abstrata à autonomia dos outros municípios dela integrantes, quanto pode ensejar que sejam proferidos atos concretos dentro da mesma unidade amplamente favoráveis aos entes com maior poder de decisão", diz o parecer. Com o texto aprovado pela Alesp, o voto do Estado teria mais peso nas decisões. Essa seria a "afronta" contra os municípios citada pela procuradoria em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal. "A norma retira 50% do peso dos votos dos municípios que integrem regiões metropolitanas e microrregiões ao mesmo tempo que concede igual peso ao voto do representante do Estado" justifica. PÁGINA 2

MARCO TEMPORAL

ANTONIO CRUZ/ABRASIL

Indígenas recorrem ao Supremo após derrubada de vetos de Lula

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) irá protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a anulação Lei nº 14.701, que teve os vetos derrubados pelo Congresso Nacional nesta quinta-feira. A entidade protocolou no final da tarde de ontem um pedido de audiência com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF. A lei, que trata do reconhecimento, da demarcação, do uso e da gestão de terras indígenas, foi sancionada com vetos pelo presidente Lula em 20 de outubro deste ano. Em setembro, por 9 votos a 2, o STF decidiu que a tese é inconstitucional. Para Kleber Karipuna (**foto**), coordenador-executivo da Apib, a decisão do Congresso Nacional de derrubar os vetos do presidente "cria novo impasse jurídico e político com desfecho não próximo." Em sua avaliação, a demanda "vai cair o marco temporal no colo do STF de novo", e o entrave "não é bom para indígenas e também não é bom para os produtores rurais. PÁGINA 3

MERCADOS

Bovespa sobe 1,06% e fecha acima dos 131 mil pontos

PÁGINA 2

ALAGOAS

MPF pede bloqueio de R$ 1 bi da Braskem

O Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público do Estado de Alagoas pediram à Justiça Federal que bloqueie R$ 1 bilhão em verbas da Braskem para garantir o cumprimento de uma liminar que determinou a inclusão de novos imóveis no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da empresa - projeto para famílias que moravam em bairros afetados pela instabilidade do solo e risco de desabamento em razão da extração de sal-gema pela petroquímica. O pedido foi apresentado na quarta-feira passada, um dia depois de uma audiência de conciliação entre os órgãos e a Braskem acabar sem a realização de um acordo. Segundo o MPF, a petroquímica deixou de apresentar um cronograma para implementação imediata das medidas determinadas pela Justiça. A reportagem entrou em contato, por e-mail, com a Braskem. O espaço está aberto para manifestações. A Procuradoria ainda pede que, em caso de "persistência no descumprimento" da ordem judicial, a Justiça reconheça litigância de má-fé e ato atentatório à justiça por parte da Braskem. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 1,06% / 130.842,09 / 1.377,01 / Volume: R$ 34.240.858.460 / Negócios: 5.362.934

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
DEXCO ON NM	8.10	+4.79	+0.37
PETRORIO ON ED NM	47.28	+4.54	+2.05
LOJAS RENNERON NM	17.45	+4.30	+0.72
MRV ON NM	10.83	+4.23	+0.44
LOCALIZA ON NM	65.31	+3.80	+2.39

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CASAS BAHIA ON NM	0.500	–5.66	–0.030
GRUPO NATURAON NM	16.35	–5.22	–0.90
PETZ ON NM	4.20	–4.98	–0.22
MAGAZ LUIZA ON NM	2.43	–3.95	–0.10
SLC AGRICOLAON EB NM	18.56	–3.66	–0.71

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
ALE ON NM	73.40	+0.55	+0.40
PETROBRAS PN N2	35.32	+2.17	+0.75
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	32.87	+0.83	+0.27
LOCALIZA ON NM	65.31	+3.80	+2.39
BRADESCO PN N1	17.25	+1.71	+0.29

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	37.248,35	+0,43
NASDAQ Composite	14.761,558	+0,19
CAC 40	7.575,85	+0,59
FTSE 100	7.648,98	+1,33
DAX	16.752,23	-0,08
Ftse Mib	30.383,69	+0,29

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (13/12)	11,75%
Poupança 3 (14/12)	0,6069%
TR (14/12)	0,1064%
IGP-M	0,59% (nov.)
IPCA	0,28% (nov.)
CDI (13/12)	11,65%
OURO BM&F/grama	R$ 320,69
EURO Comercial	Compra: 5,3575 Venda: 5,3581
EURO turismo	Compra: 5,4005 Venda: 5,5805
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,8912 -1,35%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9653 Venda: 4,9659
DÓLAR turismo	Compra: 4,9771 Venda: 5,1571

Economia

MERCADOS

Bovespa sobe 1,06% e fecha acima dos 131 mil pontos; dólar cai

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) conseguiu renovar ontem marcas históricas tanto no intradia como para o fechamento da sessão.

Em boa parte da tarde, parecia que ficaria no quase, para o fechamento: se pela manhã o pico histórico intradia foi elevado aos 131.259,81 pontos, perfurando marca que prevalecia desde 7 de junho de 2021, o Índice Bovespa (Ibovespa) perdeu fôlego na etapa vespertina. Mas perto do apito final, voltou a ganhar embalo, em alta pouco além de 1%, que foi o suficiente para empurrar o Ibovespa também a patamar recorde de encerramento, acima dos 130 776,27 pontos que estava em vigor desde a mesma data acima, há pouco mais de dois anos e meio.

Neste fechamento pós-Copom e pós-Fed, o Ibovespa mostrava alta de 1,06%, aos 130.842,09 pontos, saindo de mínima na abertura aos 129.469,02, que já correspondia a um dos melhores níveis de que se têm registro na Bovespa. Na semana, o índice acumula agora ganho de 2,95% e, no mês, de 2,76% - no ano, avança 19,24%.

Na véspera de vencimento de opções sobre ações, e vindo do vencimento de opções sobre o Ibovespa ontem, o giro financeiro foi a R$ 34,2 bilhões nesta quinta-feira, acima da média habitual do ano para uma sessão sem vencimentos.

Movidas pelo apetite a risco, as ações de primeira linha operaram em direção única, positiva, com Petrobras (ON +2,33%, PN +2,17%) à frente do grupo, em dia de recuperação de 3% para as cotações do petróleo. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, destaque para Dexco (+4,79%), Prio (+4,54%), Lojas Renner (+4,3%) e MRV (+4,23%). No lado oposto, Grupo Casas Bahia (-5,66%), Natura (-5,22%), Petz (-4,98%), Magazine Luiza (-3,95%) e SLC Agrícola (-3,66%).

DÓLAR A R$ 4,91

O dólar fechou em queda de 0,12% em relação ao real, a R$ 4,9151 - quatro centavos acima da mínima do dia, de R$ 4,8757 (-0,92%), registrada no início da sessão. A moeda oscilou abaixo da linha de R$ 4,90 durante a manhã e parte da tarde, mas firmou-se acima desse nível depois das 15h30, quando o veto foi derrubado. Na máxima, próxima do fechamento, tocou R$ 4,9176 (-0,07%), quase zerando as perdas do dia.

IBGE

Vendas no comércio varejista recuam 0,3% em outubro

VITOR ABDALA/AE

O volume de vendas do comércio varejista apresentou queda de 0,3% em outubro deste ano, na comparação com o mês anterior. O resultado veio depois de uma alta de 0,5% em setembro. O dado é da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"As variações estão muito próximas a zero desde fevereiro, ficando na leitura da estabilidade em todos os meses exceto março (0,7%), maio (-0,6%) e julho (0,7%). Isso mostra um retorno ao comportamento anterior a 2020, após as variações mais acentuadas que observamos no período de pandemia, com números ainda mais tímidos do que o padrão pré Covid-19. Mas, num cenário de médio prazo, a perspectiva está positiva, com crescimento nos acumulados do ano e em 12 meses", explica o gerente da pesquisa, Cristiano Santos, segundo nota divulgada pelo IBGE.

Apesar disso, em outubro, o comércio apresentou resultados positivos nos outros tipos de comparação: 0,1% na média móvel trimestral, 0,2% na comparação com outubro do ano passado, 1,6% no acumulado do ano e 1,5% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de setembro para outubro, a queda de 0,3% foi puxada por recuos em cinco das oito atividades pesquisadas pelo IBGE: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-5,7%), tecidos, vestuário e calçados (-1,9%), hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,8%), combustíveis e lubrificantes (-0,7%) e móveis e eletrodomésticos (-0,1%).

Apenas três atividades do varejo tiveram alta no mês: livros, jornais, revistas e papelaria (2,8%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,2%).

A receita nominal do varejo recuou 0,1% na comparação com setembro deste ano, mas cresceu 1,9% em relação a outubro de 2022, 4% no acumulado do ano e 5,1% no acumulado de 12 meses.

VAREJO AMPLIADO

Os setores de veículos, peças e materiais de construção, que são considerados varejo ampliado, apresentaram alta no volume de vendas de setembro para outubro. Os veículos, motos, partes e peças apresentaram altas de 0,3% em relação ao mês anterior, 10,5% na comparação com outubro do ano passado, 7,3% no acumulado do ano e 5,4% no acumulado de 12 meses.

Já os materiais de construção tiveram altas de 2,8% na comparação com setembro e de 6,4% em relação a outubro de 2022. No entanto, acumulam quedas de 2,1% no ano e de 3,4% no acumulado de 12 meses.

FAZENDA

Alternativa à desoneração da folha será apresentada na semana que vem

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

A proposta alternativa do governo à desoneração da folha de pagamento teve a apresentação adiada para a próxima semana, disse ontem, em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Acrescentou que a proposta - que pode sair via medida provisória ou projeto de lei - depende de cálculos que estão sendo concluídos pela equipe econômica.

"Nós íamos apresentar (a proposta do governo) antes da apreciação do veto, mas não houve vontade do Congresso, desejo de esperar. A solução para colocar no Orçamento vamos apresentar semana que vem. Queremos apresentar o quanto antes, as equipes estão trabalhando nos cálculos há algum tempo, desde que o presidente (Lula) validou em Dubai. Nossa ideia é que, na semana que vem, a gente encaminhe para o Congresso uma solução", declarou o ministro ao retornar de reunião no Palácio do Planalto.

Diferentemente da lei que teve o veto derrubado pelo Congresso ontem, a proposta do governo, informou Haddad, não terá impacto no Orçamento de 2024. Isso porque eventuais desonerações que reduzam a arrecadação da Previdência Social serão compensadas com medidas para elevar as receitas do governo.

"Não haverá impacto porque a solução será encaminhada junto com medida compensatória. A ideia é não mexer no Orçamento. Justamente para garantir o equilíbrio e os programas sociais. Não posso antecipar porque estamos fazendo os cálculos", explicou o ministro.

Haddad informou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, está a par da proposta alternativa e empenhado em garantir a aprovação. "Ele (Pacheco) está familiarizado com a solução que vamos apresentar. Achou simpática a solução. Penso que vamos conseguir construir uma alternativa ao que foi aprovado", comentou.

REUNIÃO

Haddad teve uma reunião fora da agenda no Palácio do Planalto logo após a derrubada do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamentos até 2027 e institui uma alíquota menor para a Previdência Social a prefeituras de municípios de pequeno porte. Segundo o ministro, o impacto das duas medidas está estimado em R$ 25 bilhões no Orçamento do próximo ano.

"A questão da desoneração (na versão atual) tem dois problemas. Um está no Orçamento. Ali é uma renúncia de mais de R$ 25 bilhões. Vai ser um problema fechar o Orçamento com essa medida", declarou o ministro. O segundo problema, ressaltou Haddad, é a inconstitucionalidade da lei que teve o veto derrubado, atestada por parecer da Advocacia-Geral da União (AGU).

"Ela viola um dispositivo da Reforma da Previdência, que é um dispositivo constitucional que impede que sejam dados benefícios que corroam a base de arrecadação da Previdência Social. É essa arrecadação que garante salário mínimo, BPC (Benefício de Prestação Continuada) e assim por diante", justificou.

CONSTITUCIONALIDADE

O ministro confirmou que o governo pretende, se necessário, questionar no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da desoneração da folha. No entanto, disse que o governo não quer confronto com o Congresso e, por isso, busca construir uma solução alternativa.

ALESP

Oposição protocola ADI contra projeto de privatização da Sabesp

MATHEUS DE SOUZA/AE

ALESP

Cumprindo sua promessa, a oposição ao governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) protocolou, no Tribunal de Justiça do Estado, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o projeto de lei (PL) que prevê a privatização da Sabesp. A oposição fala em "violação do devido processo legislativo" e questiona os argumentos do governo a favor da privatização.

"Faz-se necessária a imediata concessão de tutela de urgência em caráter liminar, a fim de suspender a eficácia da lei impugnada", pede a ação, solicitada pelo diretório estadual do PT e requerida em nome do advogado Roberto de Souza Campos Cosso

No documento, a oposição critica o processo legislativo em que o projeto avançou, tendo sido apresentado pelo governador em regime de urgência, um movimento para acelerar sua tramitação. "Ao receber o projeto, o Presidente da Alesp não fez ponderações acerca do regime de urgência, embora a tramitação tenha efetivamente seguido este rito", contesta no documento.

Desde o início, a oposição também têm argumentado que, para privatizar a companhia de saneamento, seria necessário se realizar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), já que a Constituição paulista prevê que "os serviços de saneamento básico devem ser prestados por concessionária sob controle acionário do Estado de São Paulo".

Entre os pontos do projeto aprovado, está prevista a "golden share", ou seja, dispositivo que dá poder de veto ao Estado em alguns pontos. Na prática, isso significa que o governo poderá restringir o poder de futuros sócios privados da companhia ou a formação de blocos de acionistas.

Para a oposição, no entanto, esse poder vigora apenas "sobre questões alheias às decisões estratégicas da companhia" e, de qualquer modo, está sujeito à limitação decidida por órgão composto exclusivamente por pessoas escolhidas pelo governador do Estado de São Paulo.

CNI

Indústria projeta PIB de 1,7% para 2024 e crescimento de 3% neste ano

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta uma expansão da economia brasileira de 1,7% em 2024. Para este ano, a entidade espera que o Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) cresça 3%, o mesmo percentual do ano passado. As previsões estão no Informe Conjuntural: Economia Brasileira 2023-2024 divulgado ontem em Brasília.

"O resultado é positivo, mas o crescimento de 2023 não dá início a um novo ciclo de desenvolvimento", avalia a entidade em nota. Ainda de acordo com a CNI, isso se deve porque "o PIB atual foi construído sobre fatores conjunturais excepcionais, como o expressivo crescimento do PIB da agropecuária, e com queda dos investimentos produtivos".

Na indústria de transformação e de construção, a previsão de crescimento para 2024 é mais modesta, com 0,3% e 0,7%, respectivamente. A alta, no entanto, recupera as quedas verificadas em neste ano. A indústria de transformação deve encerrar 2023 com queda de 0,7%. A indústria da construção, por sua vez, deve ter um recuo de 0,6%.

INVESTIMENTO

Em 2023, a entidade aponta que o consumo das famílias terá um crescimento de 2,6% e que o investimento vai ter um recuo de 3,5%. A análise da CNI indica, portanto, que a taxa de investimento, que é a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB, caia para 18,1%, ante 19,3%, em 2022.

"Essa queda no investimento vai impedir um melhor desempenho nos próximos anos. Por isso, o Brasil precisa de uma estratégia de médio e longo prazo para sustentar taxas de investimento iguais ou superiores a 20% do PIB", propõe o documento da confederação.

Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, o crescimento sustentado da economia está diretamente ligado ao aumento do investimento. "E a agenda da economia verde, da sustentabilidade, da pesquisa e inovação, da transformação digital, indica o caminho para que o Brasil atraia indústrias e desenvolva infraestrutura para fazer a transição para uma economia de baixo carbono. O país está muito bem-posicionado para ser protagonista dessa neoindustrialização", declarou em nota.

TRABALHO E CENÁRIO

A CNI não é otimista em relação ao mercado de trabalho, pois projeta que 2024 não deve repetir o crescimento verificado neste ano. "A previsão é de alta de 2,9% na massa salarial em 2024 ante a alta de 6,4%, neste ano. Isso se deve ao fato que, para 2024, a CNI projeta um crescimento menor do número de pessoas ocupadas. Ocorre que os efeitos da política monetária, de juros altos, serão sentidos de forma negativa no emprego ainda no fim deste ano."

Em relação ao cenário econômico internacional, a avaliação também é de que "será pouco favorável", o que deve impedir novos aumentos históricos no saldo positivo da balança comercial. "Neste ano, o saldo recorde decorre dos volumes exportados de produtos agropecuários, principalmente soja e milho, e da indústria extrativa, principalmente petróleo e minério de ferro."

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 34º 21º 85% 05:12 18:50 **PRIMAVERA:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. Noite de tempo fica aberto.

MARCO TEMPORAL

Indígenas recorrem ao STF após derrubada de vetos

GILBERTO COSTA/ABRASIL

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) irá protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a anulação Lei nº 14.701, que teve os vetos derrubados pelo Congresso Nacional nesta quinta-feira. A entidade protocolou no final da tarde de ontem um pedido de audiência com o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF.

A lei, que trata do reconhecimento, da demarcação, do uso e da gestão de terras indígenas, foi sancionada com vetos pelo presidente Lula em 20 de outubro deste ano. Os vetos presidenciais retiravam da legislação artigos baseados na tese do marco temporal das terras indígenas, que entende que os povos originários só teriam direito ao território em que estavam na promulgação da Constituição, em outubro de 1988. Em setembro, por 9 votos a 2, o STF decidiu que a tese é inconstitucional.

Para Kleber Karipuna, coordenador-executivo da Apib, a decisão do Congresso Nacional de derrubar os vetos do presidente "cria novo impasse jurídico e político com desfecho não próximo." Em sua avaliação, a demanda "vai cair o marco temporal no colo do STF de novo", e o entrave "não é bom para indígenas e também não é bom para os produtores rurais." Será a terceira vez que o STF discutirá a tese do marco legal.

Na avaliação do advogado Melillo Dinis, da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (OAB – Conselho Federal), a intenção das bancadas que articularam nas duas casas do Congresso Nacional a derrubada dos vetos "é criar imbróglio jurídico e atrasar 42 demarcações de terras indígenas que estavam previstas."

Além do impasse na Justiça, o advogado teme que durante a indefinição ocorram mais casos de violência no campo e invasões de ruralistas em terras que deveriam estar protegidas. "A história do Brasil é a história da violência. Isso é o que temos quando o crime é organizado e o Estado está desorganizado."

A mesma avaliação tem Luís Ventura Fernández, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi): "Já ficou claro para todos que o marco temporal não existe na Constituição Federal. Ele significa uma declaração de impunidade absoluta a todo o processo de violência e de esbulho dos territórios indígenas. Compromete e inviabiliza a demarcação dos territórios e segurança para os povos."

Fernández assinala que "a derrubada do veto ao marco temporal é uma afronta aos povos indígenas e ao pacto constitucional de 1988." Em sua opinião, a votação de hoje "altera de forma ilícita um dispositivo constitucional que acolhe o reconhecimento de um direito fundamental dos povos indígenas, que é o direito originário a seus territórios."

VOTAÇÃO

Ontem à tarde, 53 senadores e 321 deputados apoiaram a derrubada dos vetos em sessão do Congresso Nacional, enquanto 19 senadores e 137 deputados votaram para manter a decisão presidencial. Houve ainda uma abstenção entre os deputados, nenhuma entre senadores.

O placar surpreendeu Kleber Karipuna. "Foi uma votação bem expressiva, bem acima do que projetávamos como margem", disse em tom insatisfeito apontando a necessidade de rever a articulação política para defender os direitos dos indígenas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

ALESP

CPI pede indiciamento de diretores da Enel, mas alivia agências

LUDMYLLA ROCHA/AE

Os deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovaram ontem, o relatório final do colegiado, que foi instaurado em maio para apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas da empresa no período de 2018 a 2023.

A relatora da CPI, deputada estadual Carla Morando (PSDB), propôs em seu relatório a realização de uma auditoria na distribuidora Enel São Paulo, com eventual caducidade do contrato como consequência.

Ela pediu ainda que o presidente da Enel SP, Max Xavier Lins, o ex-presidente da Enel Brasil, Nicola Cotugno, e o diretor de operações de redes da Enel, Vincenzo Ruotolo, sejam indiciados. Na versão de ontem do documento, incluiu ainda a possibilidade de responsabilização de demais diretores da empresa.

O ponto gerou divergência. A oposição queria que dirigentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) também tivessem pedido de indiciamento por "prevaricação", mas perdeu na votação de um destaque com este trecho.

"A Arsesp recebia para não fiscalizar e prevaricou esse tempo todo", afirmou o deputado Luiz Fernando T. Ferreira (PT). Ao aprovar o relatório, disse que o faria para que a CPI não ficasse sem o documento, que chamou de "meia boca" e a serviço do governo estadual.

Já o deputado Dr. Eduardo Nóbrega (Podemos) afirmou não "encontrar elemento nos autos para fundamentar indiciamento dos administradores". Para ele, é possível identificar omissão, mas não enquadrar este ponto na caracterização de prevaricação. Segundo ele, o pedido de indiciamento dos executivos da Enel tem como base a acusação de inserção de informações falsas em documento enviado ao consumidor, que deverá ser averiguada pelas autoridades competentes.

ALAGOAS

Procuradoria pede bloqueio de R$ 1 bilhão da Braskem

O Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e o Ministério Público do Estado de Alagoas pediram à Justiça Federal que bloqueie R$ 1 bilhão em verbas da Braskem para garantir o cumprimento de uma liminar que determinou a inclusão de novos imóveis no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da empresa - projeto para famílias que moravam em bairros afetados pela instabilidade do solo e risco de desabamento em razão da extração de sal-gema pela petroquímica.

O pedido foi apresentado na quarta-feira passada, um dia depois de uma audiência de conciliação entre os órgãos e a Braskem acabar sem a realização de um acordo. Segundo o MPF, a petroquímica deixou de apresentar um cronograma para implementação imediata das medidas determinadas pela Justiça. A reportagem entrou em contato, por e-mail, com a Braskem. O espaço está aberto para manifestações.

A Procuradoria ainda pede que, em caso de "persistência no descumprimento" da ordem judicial, a Justiça reconheça litigância de má-fé e ato atentatório à justiça por parte da Braskem. Além disso, foi requerida aplicação de multa diária ao presidente da Braskem, no valor de R$ 50 mil por dia, em caso de persistência da não obediência da decisão judicial.

O despacho no centro do imbróglio foi dado após uma atualização das áreas abrangidas pelo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias (mapa de risco) ligado ao afundamento do solo em Maceió. Foram incluídos imóveis como área de monitoramento, cuja realocação é opcional. As casas ficam na região de Bom Parto, da Vila Saém e no bairro do Farol, na capital alagoana.

A Procuradoria deu ênfase à situação dos moradores do Bom Parto, que é de extrema vulnerabilidade social. Segundo o órgão são necessárias medidas imediatas em relação àquela população.

2024

Tarifa de trem e metrô vai subir para R$ 5

GONÇALO JUNIOR/AE

O governo de São Paulo vai aumentar a tarifa do transporte de Metrô e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) para R$ 5,00 a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com o informado por assessores do Palácio dos Bandeirantes. A Prefeitura informou que o valor da tarifa de ônibus não será alterado.

O preço da passagem estava congelado em R$ 4,40 desde 2020, o que significa um aumento de R$ 0,60. Com o reajuste, os passageiros terão de pagar, em média, R$ 26,40 a mais por mês no transporte sobre trilhos em dias úteis. O anúncio oficial ainda não foi feito, mas o poder estadual prometeu divulgar novas informações sobre a decisão.

O poder municipal, por sua vez, vai manter a tarifa dos ônibus sem alteração. Historicamente, o município acompanhava o aumento com o estado. "A Prefeitura ressalta que não há qualquer impedimento técnico na gestão de tarifas distintas entre os serviços de ônibus, metrô e trens, como já ocorrera em anos anteriores", informou em nota.

No final do mês passado, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) havia sinalizado aumento no valor das tarifas de Metrô, trens da CPTM e trens metropolitanos privatizados.

"A tarifa está congelada há muito tempo e a gente tem que começar a fazer conta. Ou eu repasso alguma coisa pra tarifa ou a gente permanece com ela congelada e eu aumento o subsídio. Quanto mais tempo a tarifa ficar congelada, mais subsídio a gente vai ter", defendeu ele no final de novembro.

No ano passado, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e Tarcísio haviam negociado o congelamento das tarifas de ônibus e metrô. Isso foi possível porque ambos os governos contam com reservas nos respectivos caixas financeiros.

O cenário, no entanto, mudou. O governador vem se mostrando incomodado com o congelamento por causa do déficit do metrô. Segundo relatório interno, a companhia terminou 2022 com prejuízo de R$ 1,16 bilhão e uma taxa de cobertura (relação entre receitas e gastos) de 83%. Ou seja, arrecadou menos do que o necessário para saldar as despesas. O volume de passageiros diminuiu. No ano anterior ao início da pandemia, foram pouco mais de 1 bilhão de passageiros. Já em 2022, foram só 794 milhões de passageiros.

Neste ano, a gestão Tarcísio enfrentou paralisações envolvendo os metroviários. A última delas, no dia 28 de novembro, contou com a participação de funcionários do Metrô, da CPTM, Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado), de professores da rede pública e de servidores da Fundação Casa. Os grevistas pediam a suspensão de projetos de privatização, como a da Sabesp, de linhas da CPTM e do Metrô.

Por outro lado, o prefeito calcula que o aumento da passagem trará prejuízos à sua campanha de tentativa de reeleição no ano que vem. "A atual gestão mantém o empenho em incentivar o transporte coletivo, responsável pela locomoção de 7 milhões de passageiros por dia, e que não sofreu reajuste nos últimos três anos", diz outro trecho da nota da Prefeitura.

O anúncio do aumento nos trens e metrô ocorre exatamente na mesma semana do anúncio da tarifa zero nos ônibus. Na segunda-feira passada, Nunes havia anunciado a implementação da tarifa zero nos transporte coletivo municipal aos domingos na capital paulista. A medida começa a valer já neste mês, a partir do próximo dia 17, e contempla 1.175 linhas. O acesso dos passageiros deverá continuar ocorrendo pela porta da frente dos ônibus.

A gratuidade também será estendida para Natal, Ano Novo e Aniversário de São Paulo. A ideia é usar esse modelo como teste para entender os efeitos da gratuidade da passagem na cidade. Com a medida, que ganhou o nome de Domingão Tarifa Zero, a Prefeitura irá deixar de arrecadar, por ano, R$ 283 milhões com passagens aos domingos. O custo total da operação não foi especificado.

Atualmente, cerca de 2,2 milhões de passageiros usam o sistema de ônibus aos domingos, segundo a Prefeitura.

NEGLIGÊNCIA

STF dá 18 meses para Congresso editar lei sobre licença-paternidade

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, que o Congresso tem 18 meses para regulamentar a licença-paternidade. Se o prazo não cumprido, os ministros voltarão a analisar o processo, para definir os parâmetros que vão vigorar até a edição de uma lei.

"Aqui está em questão exatamente os cuidados com as crianças. A licença-paternidade tem esse sentido maior, de proteção à família", defendeu o ministro Edson Fachin.

Os ministros concluíram que deputados e senadores foram omissos no assunto. A licença-paternidade é regida até hoje por uma regra provisória estabelecida na Constituição, que concede cinco dias de afastamento remunerado aos pais.

A decisão é resultado de um recuo do STF. Em um primeiro momento, os ministros chegaram a debater parâmetros de transição, como o prazo da licença, que entrariam em vigor até o Congresso aprovar uma lei. Uma das propostas era equiparar a licença-paternidade à maternidade, que é de 120 dias.

Prevaleceu, no entanto, uma posição mais cautelosa. A maior preocupação dos ministros foi equilibrar o direito com os impactos no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

O processo chegou a ser colocado em votação no plenário virtual, mas o ministro Luís Roberto Barroso pediu para transferir o julgamento ao plenário físico.

Os ministros também defenderam que a decisão é importante para equiparar o tratamento dispensado a homens e mulheres no mercado de trabalho.

Nota

CAI VETO DE LULA EM LEI QUE REGULA INVESTIGAÇÃO SOBRE VACINAÇÃO

O Congresso rejeitou o veto presidencial a um dispositivo da nova legislação que trata do funcionamento dos serviços privados de vacinação. A parte que havia sido vetada pelo presidente Lula, mas foi retomada pelo Legislativo, determina que os serviços de vacinação têm obrigatoriamente de "colaborar na investigação de incidentes e falhas em seus processos e de eventos adversos pós-vacinação". Na justificativa do veto, o Executivo alegou que o dispositivo contraria o interesse público porque isenta as empresas de vacinação do setor privado da obrigação de investigar possíveis problemas.

SENADO

Novas regras para rastrear ouro e combater garimpo são aprovadas em comissão

KARINA FERREIRA/AE

Um projeto de lei que regulamenta a comercialização de ouro e cria regras para a produção, comercialização e transporte do metal foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, na última quarta-feira. O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos da Casa.

O objetivo do projeto de lei é dificultar que ouro minerado de forma ilegal entre no mercado "esquentado", ou seja, por meio de processos falsos que o tornem legal. Para isso, uma série de etapas que conferem rastreabilidade ao metal são propostas, dificultando a ação de garimpeiros ilegais.

A maior parte das medidas versam sobre a legislação associada ao comércio do metal. O projeto considera o ouro um ativo financeiro ou instrumento cambial até a primeira venda, que só poderá ser feita a instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa venda só poderá ser realizada pelo titular da Permissão de Lavra Garimpeira ou mandatário - desde que devidamente autorizado e registrado na Agência Nacional de Mineração (ANM).

As instituições que comprarem o ouro, por sua vez, deverão registrar junto à ANM todas as aquisições feitas, fornecendo uma série de dados sobre cada transação. Pessoas físicas ficam proibidas de comercializar o metal, ficando o comércio exclusivo para pessoas jurídicas.

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Não chove. **Manhã** **Tarde** **Noite** 37º 24º 5% 05:02 18:35

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Tempo do Advento

Não é fácil precisar a história da celebração litúrgica do Advento; além disso, as notícias sobre suas verdadeiras origens são parcas. É necessário distinguir elementos que dizem respeito a práticas ascéticas e a outras, de caráter estritamente litúrgico; um Advento que é preparação para o Natal e um Advento que celebra a vinda gloriosa de Cristo (Advento escatológico).

O Advento é próprio do Ocidente. O testemunho mais antigo encontra-se em uma passagem de Santo Hilário (por volta de 366) que diz: "*Sancta Mater Ecclesia Salvatoris adventos annuo recursu per trium septimanarum sacretum spatium sivi indicavit*" (CSEL,65,16) "A Santa Mãe Igreja oferece um espaço sagrado de três semanas por ano para a vinda do Salvador".

O duplo caráter do Advento, que celebra a espera do Salvador na glória e a sua vinda na carne, emerge das leituras bíblicas festivas. O primeiro domingo orienta para a Parusia final. O segundo e o terceiro chamam a atenção para a vinda cotidiana do Senhor; o quarto domingo prepara-nos para a natividade de Cristo, ao mesmo tempo fazendo dela a teologia e a história. Portanto, a liturgia contempla ambas as vindas de Cristo, em íntima relação entre si.

Toda a liturgia do Advento é apelo para se viver alguns comportamentos essenciais do cristão: a expectativa vigilante e alegre, a esperança, a conversão, a pobreza. A expectativa vigilante e alegre caracteriza sempre o cristão e a Igreja, porque o Deus da revelação é o Deus da promessa, que manifestou em Cristo toda a sua fidelidade ao homem: "Todas as promessas de Deus encontram n'Ele seu sim" (2 Cor 1,20). A esperança da Igreja é a mesma esperança de Israel, mas, para nós, já realizada em Cristo.

O Advento é tempo de expectativa alegre porque aquilo que se espera certamente acontecerá. Deus é fiel. A vinda do Salvador cria um clima de alegria que a liturgia do Advento não só relembra, mas quer que seja vivida. O Batista, diante de Cristo presente em Maria, salta de alegria no seio da mãe. O nascimento de Jesus é uma festa alegre para os anjos e para os homens que Ele vem salvar (Lc 1, 44.46-47; 2, 10.13-14).

No Advento, toda a Igreja vive a sua grande esperança. O Deus da revelação tem um nome: "Deus da esperança" (Rm15,13). Não é o único nome do Deus vivo, mas é um nome que o identifica como "Deus para conosco". O Advento é o tempo da grande educação à esperança: uma esperança forte e paciente; uma esperança que aceita a hora da provação, da perseguição e da lentidão no desenvolvimento do Reino; uma esperança que confia no Senhor e liberta das impaciências subjetivistas e do frenesi do futuro programado pelo homem. Na convocação ao testemunho da esperança, a Igreja, no Advento, é confortada pela figura de Maria, a Mãe de Jesus. Ela que "no céu, glorificada em corpo e alma, é a imagem e a primícia da Igreja... brilha também na terra como sinal de segura esperança e de consolação para o povo de Deus a caminho, até que chegue o dia do Senhor" (2 Pd 3,10).

O Advento, tempo de conversão. Não existe possibilidade de esperança e de alegria sem retornar ao Senhor de todo coração, na expectativa da sua volta. A vigilância requer luta contra o torpor e a negligência; requer prontidão e, portanto, desapego dos prazeres e bens terrenos. O cristão, convertido a Deus, é filho da luz e, por isso, permanecerá acordado e resistirá às trevas, símbolo do mal, pois do contrário corre o risco de ser surpreendido pela Parusia.

Dentro da teologia e espiritualidade do Advento, os textos bíblicos falam da dupla vinda de Cristo: a primeira, no Natal, e a segunda, na Parusia, o fim dos tempos. A vinda de Cristo é esperada pela Igreja com oração e vigilância: "Vem, Senhor Jesus", como São Paulo nos fala. A espera de Cristo é uma das promessas messiânicas já cumprida parcialmente. Nossos pais na fé esperaram e não alcançaram, mas ouviram por Isaias que um tempo novo de esperança e de paz chegaria. Todo o Antigo Testamento está voltado, pelo anúncio dos profetas, para o mistério do Cristo que virá. Para nós hoje é viver na Igreja toda esta centralidade de Cristo na história da salvação, celebrando o grande mistério: vem a nós o esperado das nações, o anunciado pelos profetas, o revelado por seu Pai.

Nessa caminhada do Advento, além de Isaías e João Batista, a Liturgia apresenta outra figura importante: Maria. O Evangelho de Lucas narra a anunciação, quando Maria diz "sim" ao convite de Deus e aceita ser mãe de Jesus que se encarna em seu seio e passa a "habitar entre nós". Maria é celebrada no dia 8 de dezembro, na Solenidade de sua Imaculada Conceição. A Virgem Imaculada diz "sim" e vive o seu silêncio na escuta do próprio Deus que chega. Do dia 17 a 24 de dezembro, a Liturgia nos marca bem a figura de Maria, a "cheia de graça", a "bendita entre todas as mulheres", a "nova Eva".

O Advento é um tempo de espiritualidade que deve nos comprometer na tarefa pela construção de "novos céus e novas terras". A Igreja nos exorta a vivermos em vigília e oração, para que esse tempo da graça seja proveitoso para nós, realizando-se o que reza a Liturgia: "Ó céus, que chova sobre nós, que suas nuvens derramem a justiça. Abra-se a terra e brote para nós a salvação."

GUERRA

Putin: não haverá paz na Ucrânia até que objetivos sejam alcançados

O presidente russo, Vladimir Putin, prometeu que não haverá paz na Ucrânia até que os seus objetivos fossem alcançados e disse que eles permanecem inalterados numa conferência de imprensa de final de ano. Oferecendo raros detalhes sobre a operação, Putin descartou a necessidade de uma segunda vaga de mobilização de reservistas, dizendo que há cerca de 617 mil soldados russos atualmente na Ucrânia, incluindo cerca de 244 mil soldados que foram convocados para lutar ao lado das forças militares russas profissionais.

Putin não realizou a sua tradicional conferência de imprensa no ano passado, depois de os seus militares não terem conseguido tomar Kiev e quando o exército ucraniano retomou áreas de território no leste e no sul do país. Mas com o presidente Volodymyr Zelensky agora a regressar a Washington para implorar pela ajuda dos EUA, uma contraofensiva estagnada e relatos de ruptura do apoio ocidental à Ucrânia, o presidente russo decidiu enfrentar a imprensa mais uma vez.

Putin também exigiu que a Ucrânia permanecesse neutra - e não aderisse à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

NOVOS MEMBROS

UE abre processo de entrada da Ucrânia e Moldávia no bloco

MATHEUS ANDRADE/AE

Os líderes da União Europeia decidiram ontem, abrir negociações de adesão com Ucrânia e Moldávia, além de conceder o estatuto de país candidato à Geórgia. Os passos foram tomados no âmbito da reunião do Conselho Europeu, que ocorre em Bruxelas. Ao anunciar a medida em sua rede social "X", a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyer, afirmou que foi uma decisão estratégica e que este é um dia que ficará gravado na história da nossa União. "Orgulhosos por termos cumprido as nossas promessas e encantados pelos nossos parceiros", afirmou ainda.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, escreveu em sua conta no "X": "agradeço a todos que trabalharam para que isso acontecesse e a todos que ajudaram. Parabenizo todos os ucranianos neste dia".

Na mesma rede social, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, afirmou ainda que UE abrirá negociações com a Bósnia e Herzegovina assim que for alcançado o grau necessário de cumprimento dos critérios de adesão, e convidou a Comissão a apresentar um relatório até Março com vista a tomar tal decisão. "Um sinal claro de esperança para o seu povo e para o nosso continente", afirmou.

ACORDO PROVISÓRIO

UE chega a acordo ESG sobre sustentabilidade empresarial

MATHEUS ANDRADE/AE

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram ontem, a um acordo provisório sobre a diretiva relativa ao dever de sustentabilidade empresarial (CSDDD, na sigla em inglês), que visa reforçar a proteção do ambiente e dos direitos humanos na UE e a nível mundial. Em comunicado, o Conselho Europeu aponta que a diretiva sobre o dever de diligência estabelecerá obrigações para as grandes empresas relativas aos impactos adversos reais e potenciais sobre os direitos humanos e o ambiente, no que diz respeito às suas próprias operações, às das suas subsidiárias e às realizadas pelos seus parceiros comerciais.

Por sua vez, segundo o acordo nesta quinta alcançado, o setor financeiro será temporariamente excluído do âmbito de aplicação da diretiva, mas haverá uma cláusula de revisão para uma possível inclusão futura deste setor com base numa avaliação de impacto.

A diretiva estabelece regras sobre as obrigações das grandes empresas no que diz respeito aos impactos adversos reais e potenciais no ambiente e nos direitos humanos para a sua cadeia de atividades empresariais, que abrange os parceiros comerciais a montante da empresa e parcialmente as atividades a jusante, como a distribuição ou a reciclagem, diz o comunicado.

A medida também estabelece regras sobre sanções e responsabilidade civil pela violação dessas obrigações e exige que as empresas adotem um plano que garanta que o seu modelo de negócio e estratégia sejam compatíveis com o acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

O acordo fixa o âmbito de aplicação da diretiva às grandes empresas com mais de 500 trabalhadores e um volume de negócios líquido mundial de 150 milhões de euros. Para empresas de países terceiros, se aplica se tiverem um volume de negócios líquido de 300 milhões de euros gerado na UE, três anos após a entrada em vigor da diretiva. A Comissão terá de publicar uma lista de empresas não pertencentes à UE que se enquadram.

Para as empresas que não paguem as multas que lhes são impostas em caso de violação, o acordo provisório inclui diversas medidas cautelares e tem em consideração o volume de negócios da empresa para impor sanções pecuniárias (ou seja, 5% do volume de negócios líquido da empresa).

O acordo inclui a obrigação de as empresas realizarem um envolvimento significativo, incluindo um diálogo e consulta com as partes interessadas afetadas, como uma das medidas do processo de devida diligência.

GATO PRETO S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ/MF Nº 33.879.099/0001-00 NIRE Nº 3330009375-3
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 29 de dezembro de 2023, às 12:00 horas, na Av. do Pepê, nº 1.160 – Aptº 301 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22.260-171 a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Eleição da Diretoria para um novo mandato de 03 (três) anos e fixação dos respectivos honorários, ratificação da constituição da sociedade e representação do acionista Sr. Aureliano Machado Lima Filho.
Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2023.
Michele de Carvalho Lima
Diretora-Presidente e Acionista.

GUINEVERE EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ Nº 19.696.662/0001-76
ATA DA REUNIÃO DOS COTISTAS - Reuniram-se na sede da empresa, o representante da sócia Lancelot Empreendimentos e Participações Ltda e sócio José Roberto Vasconcelos. No início dos trabalhos o Sr. José Roberto Vasconcelos foi designado Presidente da mesa. Em seguida, o Presidente leu a pauta do dia e iniciou as deliberações. Pauta: 1. Aprovar a redução de capital da empresa em R$ 750.100,00 mediante o cancelamento da integralização de capital no montante de R$ 750.000,00 que seria feito pelo sócio José Roberto Gonçalves de Vasconcelos - conforme previsto na 2ª alteração contratual - bem como o pagamento a este mesmo sócio o montante de R$ 100,00, em moeda corrente, concomitante a sua retirada da sociedade. 2. Aprovar a transformação da empresa em Sociedade Empresária Limitada Unipessoal de propósito específico e, consequentemente, a alteração da razão social para Guinevere Empreendimentos Ltda Unipessoal. 3. Aprovar a alteração do objeto social da empresa para constar que o empreendimento imobiliário SPE Lancelot 1 será destinado à construção de imóvel residencial multifamiliar e comercial. Os sócios deliberaram e votaram da seguinte forma: 1. Aprovaram, por unanimidade, a redução de capital da empresa em R$ 750.100,00 mediante o cancelamento da integralização de capital no montante de R$ 750.000,00 que seria feito pelo sócio José Roberto Gonçalves de Vasconcelos - conforme previsto na 2ª alteração contratual - bem como o pagamento a este mesmo sócio o montante de R$ 100,00, em moeda corrente, concomitante a sua retirada da sociedade. A empresa passará a ter capital 100% integralizado no montante de R$ 5.717.903,00, dividido em 5.717.903 quotas com valor nominal de R$ 1,00, detidas pela única sócia Lancelot Empreendimentos e Participações. 2. Aprovaram, por unanimidade, a transformação da empresa em Sociedade Empresária Limitada Unipessoal de propósito específico e, consequentemente, a alteração da razão social para Guinevere Empreendimentos Ltda Uni pessoal; e, por fim 3. Aprovaram, por unanimidade, a alteração do objeto social da empresa para constar que o empreendimento imobiliário SPE Lancelot 1 será destinado à construção de imóvel residencial multifamiliar e comercial. E como nada mais houvesse a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos e, em seguida, determinou lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, segue por quem de direito assinada. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2023. Lancelot Empreendimentos e Participações Ltda; José Roberto Gonçalves de Vasconcelos.

ESCRITÓRIO

Sabino: OMT no Rio vai impulsionar turismo

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O ministro do Turismo, Celso Sabino, disse ontem, que a abertura de um escritório regional da Organização Mundial do Turismo (OMT) no Rio de Janeiro vai ajudar o Brasil e a América Latina a fomentarem o setor nos próximos anos. No caso específico do Brasil, disse Sabino, o objetivo é aumentar a receita do turismo e o fluxo de estrangeiros, ultrapassando a casa dos 6 milhões de turistas vindos de outras nacionalidades, que deve ser atingida ainda esse ano. O recorde histórico é de 6,4 milhões de estrangeiros, em 2014. Presente no evento, o presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Marcelo Freixo, disse que o Brasil pode alcançar a marca de 7,5 ou 8 milhões de turistas estrangeiros por ano até 2026.

"O início do ano ainda foi de recuperação do turismo no mundo, mas esperamos mais de 106 milhões de brasileiros voando dentro do País, e mais de 6 milhões de estrangeiros, deixando até R$ 30 bilhões aqui", disse Sabino. "Os meses de setembro e outubro deste ano registraram o maior número da história de turistas estrangeiros no Brasil e o maior número de brasileiros viajando dentro do País, superando inclusive dados registrados por ocasião dos jogos olímpicos de 2016", continuou. Ainda assim, o ministro reconheceu que o número de estrangeiros ainda é baixo na comparação com a Europa e a própria Ásia.

Segundo Freixo, dados do Banco Central mostram que o turismo internacional originou uma receita de R$ 25 bilhões entre janeiro e setembro. O recorde anual, de 2014, é de R$ 34 bilhões "R$ 25 bilhões é uma receita maior que a de muitas indústrias, gerando bons empregos e de forma sustentável", observa Freixo. Segundo ele, mais importante do que aumentar o número de visitantes é aumentar esse montante, o que passa por reter o turista por mais tempo no País.

Questionado sobre o obstáculo da violência para a imagem do País, Sabino minimizou e disse que episódios violentos acontecem em todo o mundo, sobretudo em cidades muito visitadas. Ele destacou que o Brasil está livre de conflitos bélicos ou catástrofes climáticas. Sobre o Rio de Janeiro, em específico, Sabino disse que a violência não faz parte do dia a dia das famílias cariocas, ignorando as frequentes incursões policiais em favelas.

PROGRAMAS

Questionado sobre os programas de incentivo ao turismo doméstico, Sabino destacou o "Conheça o Brasil Voando", com passagens aéreas a partir de R$ 99, e que pretende lançar "logo logo" o programa "Conheça o Brasil Voando Melhor Idade", focado no público aposentado. Ele destacou programas focados no fomento de viagens no contrafluxo de destinos como Brasília e Petrolina (PE), durante a semana e disse que um dos objetivos da pasta é difundir a importância do planejamento para a realização de viagens a baixo custo. "Planejamento é o segredo. Com três, quatro, cinco meses de antecedência, é possível comprar passagens a preços muito mais baixos".

Programas como os citados, que focam a redução do preço das passagens, vêm sendo desenhados pelo governo federal, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos, há meses com outros nomes fantasia, como Voa Brasil. A expectativa é que sejam lançados no início de 2024.